

O STATUS MORAL DOS ANIMAIS NA ÉTICA DE PETER SINGER

THE MORAL STATUS OF ANIMALS IN PETER SINGER'S ETHICS

Ronildo Alves Brito¹
Flávio José Carvalho²

Resumo:

Este artigo apresenta uma análise em torno da problemática do animal no pensamento filosófico de Peter Singer, especificamente, no concernente a seu *status* moral. Nossa discussão implica abordarmos a temática mediante duas questões: 1. Em que consiste a defesa de uma igualdade para os animais no âmbito das ações morais e, conseqüentemente, um *status* moral? 2. Do ponto de vista ético, que implicações essa defesa traz para nossa convivência com os outros animais? Como base teórica para nossa discussão, trataremos das contribuições do filósofo Peter Singer, especialmente as apresentadas em sua obra *Ética Prática* (1979), além disso, utilizaremos também outras obras de pesquisadores que venham contribuir para a nossa discussão. A perspectiva singeriana consiste na extensão do princípio ético da igual consideração de interesses para proteger os interesses dos animais sencientes. A presença da sensibilidade se configura como o critério moral para que os interesses existam e, por conseguinte, sejam levados em consideração, ainda que seja o interesse mínimo em evitar o sofrimento. Essa compreensão permite afirmar que nós, seres humanos, temos a obrigação moral de considerar imparcialmente os interesses dos demais animais em detrimento de nossos interesses menores; caso contrário, estaremos assumindo uma postura especista, isto é, visando apenas os interesses da nossa própria espécie.

Palavras-chave: Ética Prática. Senciência. Animais.

Abstract:

This article presents an analysis around the inquiry of the animal being in Peter Singer's philosophical thought, specifically, regarding its moral status. Our discussion implies approaching the theme through two matters: 1. What does the defense of an equality for animals in terms of moral actions and, consequently, a moral status consist of? 2. From an ethical point of view, what implications does this defense bring to our coexistence with other animals? As a theoretical basis for our discussion, we will address the contributions of the philosopher Peter Singer, especially those presented in his *Practical Ethics* (1979), in addition, we will also use other works by researchers who may contribute to our discussion. Peter Singer's perspective consists in extending the ethical principle of equal consideration of interests to protect the interests of sentient animals. The presence of sensitivity is configured as the moral criterion for interests to exist and, therefore, be taken into account, even if it is the minimum interest in avoiding suffering. This understanding allows us to assert that we, as human beings, have a moral obligation to impartially consider the interests of other animals at the expense of our lesser interests; otherwise, we will be assuming a speciesist posture, that is, aiming only the interests of our own species.

Keywords: Practical Ethics. Sentience. Animals.



Introdução

Uma das obras mais conhecidas do filósofo Peter Singer é *Libertação Animal*, publicada em 1975, a qual apresenta reflexões sobre a ética das nossas relações com os animais. O principal objetivo desta obra é levar as pessoas à mudança de pensamento e orientação nas suas atitudes e nas suas práticas para com os membros das espécies diferentes da nossa, isto é, os outros animais.³ Como afirma Singer (2008, p. 40), “se conseguirmos fazer essa mudança de pensamento pouco habitual, poderemos descobrir um padrão nas nossas atitudes e práticas, padrão esse que atua firmemente para benefício de um mesmo grupo – normalmente o grupo a que nós pertencemos – à custa de um outro grupo”.

Com o reconhecimento das contribuições significativas para o pensamento moral, Singer passou a ser reconhecido, pelas revistas *Time*⁴ e *The New York Times*⁵, como o filósofo vivo mais controverso e, principalmente, um dos mais influentes do mundo. Nas palavras de Singer, afirmações como estas devem-se ao fato de sua obra ter “desempenhado um papel importante no arranque do movimento moderno dos direitos dos animais – e muito poucos filósofos vivos viram as suas ideias serem aceitas desta maneira” (SINGER, 2008, p. 12). A problemática central que Singer procura desenvolver diz respeito ao modo como devemos conviver e nos relacionar com os outros animais. O desenvolvimento dessa questão termina por revelar os preconceitos que estão por trás das nossas atitudes e dos nossos comportamentos atuais.

Além dessa obra que trata especificamente sobre os animais, Singer também escreveu *Ética Prática*, uma obra publicada em 1979, na qual, dentre outros temas controversos em nossa sociedade, o autor retoma, de maneira clara e resumida, suas principais ideias em torno da problemática dos animais. Nosso texto é uma leitura analítica dessas ideias visando direcionar nossa investigação para a compreensão do problema proposto neste artigo, ou seja, o *status* moral dos animais na sua ética. Isso implica abordarmos a temática mediante duas questões: 1. Em que consiste a defesa de uma igualdade para os animais no âmbito das ações morais e, conseqüentemente, um *status* moral? e 2. Do ponto de vista ético, que implicações essa defesa traz para nossa convivência com os outros animais?

Para tratar da problemática dos animais a partir de um ponto de vista ético, se faz necessário termos o mínimo de conhecimento acerca da ética singeriana. Em linhas gerais, entende-se a ética como um conjunto de concepções que atribui à razão um importante papel nas decisões morais dos indivíduos. Com base nesse entendimento, por volta da década de 70 do século XX, algumas discussões foram direcionadas para situações concretas do cotidiano, pautadas em análises de casos práticos que se apresentam na sociedade. Essa abordagem da ética ligada às situações precisas ou pontuais é denominada de “Ética Aplicada”.⁶ Assim, uma ética aplicada busca tratar as questões práticas da vida individual e coletiva de modo filosófico.

Como uma crítica à tradição filosófica que supervaloriza o *status* moral do ser humano, a teoria ética de Singer busca expandir a esfera de consideração moral elaborada pelos humanos para que seja possível incluir os outros animais nas discussões morais, usando como critério o princípio da igual consideração de interesses. Na visão do autor, não levar em consideração os interesses de outros animais (isto é, não sentir dor e, conseqüentemente, não sofrer) é assumir uma

postura especista que visa apenas os interesses da espécie humana. Nesse sentido, concordamos com o filósofo de que o sofrimento deve-se configurar como um critério moral prévio para que os interesses de qualquer espécie sejam levados em consideração, e nessa medida o princípio moral básico da igual consideração de interesses não pode se limitar arbitrariamente aos membros da nossa espécie, mas ser estendido a todos os demais seres dotados de senciência.

Reconhecemos que a problemática em torno da convivência com os outros animais tem se constituído como um assunto amplo, pois o uso de seus corpos e de suas vidas para fins eminentemente dos interesses humanos é bastante presente em nossa sociedade: desde pesquisas para o desenvolvimento da ciência e de novas tecnologias, principalmente, na área da saúde até sua utilização na produção industrial de carne, passando pela sua exploração em espetáculos de circos, rodeios para diversão, etc. Consideramos que a discussão sobre a questão envolvendo animais em diferentes situações criadas pela sociedade humana representa uma das maiores contribuições deste filósofo contemporâneo, o que justifica o objetivo do nosso texto em discutir a problemática dos animais a partir do pensamento singeriano.

Isso posto, na primeira parte do nosso artigo, apresentaremos o pensamento ético de Singer no que diz respeito a sua defesa em favor da expansão do princípio ético da igualdade levando em consideração a existência da dor e do sofrimento para atender aos interesses dos demais animais sencientes. Procuraremos demonstrar que as diferenças existentes entre os seres humanos e os outros animais, pautadas em características factuais (como a inteligência ou a racionalidade), não justificam a exclusão dos animais no âmbito da comunidade moral, uma vez que os mesmos, assim como os humanos, são portadores de interesses. Atribuir menor importância aos interesses dos animais que aos nossos no plano das ações morais se configura como uma postura especista, pois visa apenas aos interesses da nossa própria espécie. Já na segunda parte do artigo, buscaremos analisar e refletir com maior precisão a prática de especismo, a saber: nos casos em que se utilizam animais em experimentos científicos. Para Singer, este é o campo em que se percebe uma postura especista mais efetiva, tendo em vista que, nas experiências, os interesses dos animais quase nunca são levados em consideração, bem como o fato de que os argumentos apresentados para utilizá-los são injustificáveis do ponto de vista de uma moral que os respeitem como seres sencientes, sendo justificáveis apenas pelo especismo, por isso, ser considerado por Singer como um especismo sistemático e praticado em grande escala.

O Status Moral dos Animais: o Princípio da Igual Consideração de Interesses.

Os estudos sobre a utilização de animais em pesquisas científicas, bem como as diversas formas de sua utilização para fins humanos implicaram numa discussão importante que vem sendo tema de debate até os dias atuais: a questão do *status* moral dos outros animais que convivem com os animais humanos. Conseqüentemente, o tratamento dado aos animais tornou-se um problema da sociedade humana e igualmente tornou-se uma questão central em ética aplicada.

No artigo intitulado de *Ética da pesquisa em modelos animais*, Raimundo e Goldim (2002, p. 39) enfatizam que,

a discussão quanto ao *status* moral dos animais e o direito dos homens de utilizá-los em seu benefício – provocando seu sofrimento – atravessou séculos de história e permanece latente, levando muitos filósofos e estudiosos contemporâneos a refletirem sobre o assunto.

Um dos pensadores contemporâneos que vem problematizando a questão sobre o *status* moral dos animais é o filósofo Peter Singer⁷. Em uma de suas importantes obras, a saber, *Ética Prática*, o autor propõe a aplicação da ética em questões sociais difíceis e controversas, como: igualdade e discriminação de raça, sexo e espécie; aborto, eutanásia e experiência com embriões; estatuto moral dos animais, entre outros. Dentre essas questões, o problema da igualdade tem suscitado importantes reflexões no pensamento singeriano, desde seus primeiros escritos. Especificamente, nos capítulos 2 e 3, o autor apresenta uma argumentação sistemática sobre a igualdade entre os seres humanos, bem como expõe seu posicionamento em relação a extensão da igualdade para os demais animais, no qual defende que ela não deve ser restringida aos interesses dos seres humanos, mas estendida também para os seres de outras espécies.

Segundo Singer, no que concerne a igualdade entre os seres humanos, não podemos nos basear na igualdade real de todos os seres humanos, isso porque não existe nenhuma evidência factual de que todos os indivíduos são rigorosamente iguais. Como também, as inúmeras diferenças factuais entre os seres humanos não podem ser utilizadas para justificar a restrição da igualdade apenas a uma pequena parcela dos indivíduos, como fazem os defensores da desigualdade. Pois, como afirma Medeiros (2017, p. 81), “(...) os defensores da desigualdade utilizam o argumento sobre as variadas características, entre elas, podemos citar: a racionalidade, a linguagem complexa, a cor da pele e as diferenças de gênero para justificar suas posições teóricas”.

Apesar da existência real das diferenças factuais entre os seres humanos, o que Singer considera importante é a instauração de um princípio de igualdade que as ultrapasse no plano das ações morais. Esse princípio moral básico de igualdade entre os seres humanos é o *princípio da igual consideração de interesses*. A base da igualdade, postulada pelo filósofo, se encontra na capacidade de os indivíduos possuírem interesses e não na posse de inteligência, de personalidade moral, de racionalidade, ou de outros dados semelhantes, isso porque essas características não são inerentes a todas as pessoas. Nesse sentido, conforme expõe Singer (2002, p. 30), “a essência do princípio da igual consideração significa que, em nossas deliberações morais, atribuímos o mesmo peso aos interesses semelhantes de todos os que são atingidos por nossos atos”. Em outras palavras, o autor explicita que esse princípio funciona como uma espécie de “balança”, cujos interesses dos indivíduos são pesados imparcialmente. Ou seja, o que conta não são as características factuais dos indivíduos, tais como cor de pele, sexo, níveis de inteligência, aptidões físicas ou de outras questões de fato similares, mas os interesses, independentemente a quem eles pertençam. Portanto, como o próprio Singer (2002, p. 32) afirma, “o princípio da igual consideração de interesses não permite que nossa prontidão em considerar os interesses dos outros dependa das aptidões ou de outras características destes, excetuando-se a característica de ter interesses”.

Como podemos perceber, o *princípio da igual consideração de interesses*, se apresenta, por um lado, como uma sólida base moral de igualdade entre todos os seres humanos, cujo objetivo não se vincula à imposição de normas morais que nos

digam como agir, mas exige antes que atribuamos igual consideração aos interesses de todos os indivíduos afetados por nossas ações, o que pode conduzir a um tratamento e direitos diferentes; e, por outro lado, esse mesmo princípio básico de igualdade funciona como uma balança que pesa imparcialmente os interesses semelhantes, ou seja, os interesses são levados em consideração de modo imparcial a partir da força que exercem quando comparados a interesses semelhantes, pois eles são importantes em si mesmos, e não como o interesse de X ou Y. Portanto, Singer elege o *princípio da igual consideração de interesses* como fundamento moral básico para garantir a igualdade entre todos os indivíduos, o que justifica a ideia de que todos os seres são iguais e, por isso, merecem ser respeitados⁸.

Segundo Medeiros (2017, p. 94), “ao apresentar os interesses em si mesmos como pressupostos para a consideração dos indivíduos no plano das ações e decisões morais, Singer elege a condição sensível de um ser ou, mais precisamente, seu limite de sensibilidade como critério moral”. Com isso, a inclusão do indivíduo no âmbito da comunidade moral se dá, precisamente, pela sua capacidade de possuir interesses e, para isso, segundo a autora, “é indispensável que possua sensibilidade ou, mais precisamente, que ele seja um ser senciente – enquanto capacidade de sentir prazer e dor” (MEDEIROS, 2017, p. 94). Por essa razão, ao eleger o *princípio da igual consideração de interesses* como base adequada para a igualdade humana, Singer expõe que essa base não pode ficar restrita aos seres humanos. O princípio da igualdade por ele elaborado deve ser estendido para as relações com os demais seres que não pertencem à nossa espécie, no caso específico, os outros animais.

[...] tendo aceito o princípio de igualdade como uma sólida base moral para as relações com outros seres de nossa própria espécie, também somos obrigados a aceitá-la como uma sólida base moral para as relações com aqueles que não pertencem à nossa espécie: os animais não humanos (SINGER, 2002, p. 65).

Como podemos observar, o filósofo radicaliza esse princípio ao afirmar que não são apenas os interesses dos seres humanos que devemos levar em consideração, mas deve igualmente ser aplicado em nossas relações com todas as criaturas sencientes⁹, (capazes de sentir prazer ou dor), o que, por sua vez, sustenta a igualdade para os animais e, conseqüentemente, um *status* moral¹⁰. Nesse sentido, como ressalta Singer (2002, p. 67), “a capacidade de sofrer e de desfrutar das coisas é uma condição prévia para se ter quaisquer interesses, condição que é preciso satisfazer antes de se poder falar de interesses, e falar de um modo significativo”. Se um ser sofre, não há justificativas morais para recusar em levar em consideração esse sofrimento, independentemente da espécie a qual pertença, exceto aqueles que são incapazes de sensibilidade e/ou fruição.

Diante dessa perspectiva, temos que a capacidade de sentir dor não só é necessária como também é suficiente para se afirmar que um indivíduo possui interesses – ao menos, um interesse em não sofrer. Isso significa dizer que a dor e o sofrimento são, em si mesmos, maus, por isso, todo e qualquer ser senciente possui o interesse básico em evitá-los, pois deseja o aumento de seu bem-estar e o desenvolvimento pleno de sua vida. Ora, os seres vivos desprovidos de um determinado nível de sensibilidade, uma vez que não tem a capacidade de sofrer ou sentir prazer, não possuem interesses a serem considerados e, por essa razão, não fazem parte da comunidade moral abrangida pelo princípio de igualdade de Singer.

Nas palavras de Singer (2002, p. 68), “quando um ser não for capaz de sofrer, nem de sentir alegria ou felicidade, não haverá nada a ser levado em consideração”. A presença da sensibilidade se configura como o critério moral para que os interesses existam e, por conseguinte, sejam levados em consideração, ainda que seja o interesse mínimo em evitar o sofrimento. A dor e o sofrimento se configuram como elementos norteadores do interesse animal e, portanto, o princípio moral básico da igual consideração de interesses não pode se limitar arbitrariamente aos membros da nossa espécie.

Isso posto, o princípio apresenta duas implicações: a primeira considera que a nossa preocupação com os outros não pode se resumir em características factuais ou aptidões, ou seja, o fato de algumas pessoas não serem membros de nossa raça ou do nosso sexo não nos dá o direito de explorá-las; e a segunda, concerne ao modo de tratamento errôneo que atribuímos aos animais, bem como deixar de levar em consideração seus interesses, apenas pelo simples fato dos mesmos não pertencerem a nossa espécie. Essa visão equivocada é compreendida, pelo filósofo, como uma forma de *especismo* que viola o princípio de igualdade:

Os racistas violam o princípio de igualdade ao darem maior importância aos interesses dos membros de sua raça sempre que se verifica um choque entre os seus interesses e os interesses dos que pertencem à outra raça. [...] Da mesma forma, aqueles que eu chamaria de “especistas” atribuem maior peso aos interesses de membros de sua própria espécie quando há um choque entre os seus interesses e os interesses dos que pertencem a outras espécies. Os especistas não admitem que a dor é tão má quando sentida por porcos ou ratos como quando são os seres humanos que a sentem (SINGER, 2002, p. 68).

A questão explicitada acima, pelo autor, evidencia que de modo similar ao *racismo* (e similar também ao *machismo* ou *LGBTfobia*), o *especismo*¹¹ seria um tipo de preconceito; mais especificamente, um conjunto de atitudes e de práticas arbitrárias e discriminatórias em relação aos interesses dos membros da nossa própria espécie, em detrimento dos interesses dos membros de outras espécies. Pois, como questiona Singer (2008, p. 48), “se a posse de um grau superior de inteligência não confere a um ser humano o direito de tratar outro somente como meio para atingir os seus fins, como pode então conferir-nos o direito de explorar os animais não humanos com o mesmo objetivo?”. Essa questão se assenta sobre as bases do especismo que, como já vimos, é uma atitude arbitrária – embasada a partir das construções dos saberes humanos – e, por isso, deve ser condenada, pois não existe qualquer razão para termos uma menor consideração pelos interesses dos outros animais do que aquela que temos por interesses similares dos membros da nossa própria espécie.

No entanto, aqueles que defendem as práticas de sofrimento infligidos aos animais buscaram sua justificativa na ideia de que os animais não possuem interesses. De acordo com Singer, existe uma linha geral de defesa das práticas de especismo, cuja defesa “afirma que nunca somos culpados por negligenciarmos os interesses de outros animais, e isto por uma razão incrivelmente simples: eles não possuem interesses” (SINGER, 2008, p. 50). Para Singer, essa defesa precisa ser afastada porque tal justificativa nos levaria a cometer qualquer ato contra os animais pela mais simples razão que seja ou, até mesmo, por nenhuma razão, por

considerar que os animais não possuem interesses pelo simples fato de que não são capazes de sofrer. A ideia de que os outros animais não possuem interesses e, por conseguinte, não são capazes de sofrer, vincula-se ao fato de associar ter interesses a ter consciência e a ter raciocínio. Mas, como já vimos, a capacidade de possuir interesses é avaliada a partir da sensibilidade do ser enquanto capacidade de sentir prazer ou dor e não na posse de uma característica factual, seja ela qual for. Portanto, considerando que existem animais sencientes, Singer refuta a objeção exposta acima de que os animais não sofrem, pois é bastante provável a presença do sofrimento nos animais porque eles também sentem dor, e essa é uma das teses defendidas pelo filósofo, o que justifica toda sua discussão em torno da problemática dos animais.

Os seres humanos não são os únicos seres capazes de sentir dor ou de sofrer. A maior parte dos animais não humanos – entre os quais se incluem inquestionavelmente todos os mamíferos e aves que costumamos comer, como vacas, porcos, ovelhas e galinhas – pode sentir dor. Muitos deles podem experimentar outras formas de sofrimento, como por exemplo, a angústia que uma mãe sente quando é separada do seu filho ou o aborrecimento decorrente de estar fechado numa jaula sem nada pra fazer durante todo o dia além de comer e dormir. Obviamente, a natureza dos seres em questão afectará a quantidade de dor que irão sentir numa determinada situação (SINGER, 2008, p. 13).

Nessa passagem, Singer não só afirma que a maioria dos animais são capazes de sentir dor ou de sofrer como também apresenta algumas de tantas outras formas de sofrimento nas quais é possível verificarmos que os animais sentem dor. É fato que não podemos experimentar diretamente a dor do outro, seja ela de ordem corporal seja de ordem psíquica, pois a dor ou o sofrimento são de caráter subjetivos, isto é, são experimentados de modo direto e particular pelo indivíduo. Como então saber que o outro é capaz de sentir dor? Para Singer, podemos saber se um ser, humano ou não humano é capaz de sentir dor apenas a partir da observação do comportamento de quem está sendo atingido pela dor. Dirá Singer (2008, p. 51): “a dor é algo que sentimos, e é apenas através da observação de vários indicadores externos que podemos inferir que os outros também a sentem”. É o que acontece, por exemplo, com os bebês pequenos e as crianças quando ainda não possuem uma linguagem para comunicar seu estado de dor, sabemos de seu sofrimento pela observação de seu comportamento, conseqüentemente, não negamos que eles são capazes de sofrer. Nesse sentido, como explica Felipe (2001, p. 41), “o fundamento para se afirmar que os animais sentem dor é o mesmo que nos leva a dizer que uma criança a sente: os animais comportam-se de um jeito muito parecido com o humano, embora não falem. Bebês também não falam, mas expressam a dor sentida manifestando-se de outras formas”. A partir disso, podemos concluir que, os sinais comportamentais (gemidos, gritos, movimentos agitados, contorções faciais, e etc.) e as expressões psíquicas (medo, irritabilidade e etc.) são indicadores externos que o indivíduo, seja ele humano ou não, emite quando passa por um sofrimento ou uma dor.

Diante disso, a questão ética que se coloca é: se os animais sofrem tanto quanto os seres humanos, será que o sofrimento dos animais é tão importante quanto o sofrimento dos seres humanos? De acordo com o que viemos defendendo até aqui, a resposta para essa questão deve ser afirmativa. Ambos os sofrimentos

devem ser levados em igual consideração, independentemente da espécie. Para Singer, se é tão justificável que os outros seres humanos sentem dor, tal como nós a sentimos, não existirá nenhuma razão pela qual uma inferência semelhante não seja justificável no caso dos outros animais. Ou, como afirma Medeiros (2017, p. 105): “seria um contrassenso afirmar que o ser humano sofre quando grita ou se contorce e, por isso, precisa ter seu sofrimento aliviado e, negar a mesma inferência e consideração quando um animal não humano apresenta sinais similares”. Nesse sentido, na perspectiva de Singer, não existem boas razões, científicas ou filosóficas, para que o sofrimento dos animais seja negado ou desconsiderado. Isso implica levar em consideração os seus interesses, pois do contrário, estaremos assumindo uma postura especista se considerarmos apenas os nossos interesses, independentemente se esses interesses trazem para os animais tanto o sofrimento como a impossibilidade de usufruir das coisas, conseqüentemente, privando-os do bem-estar.

Outras diferenças entre os seres humanos e os outros animais foram utilizadas como objeções para justificar que a dor e/ou sofrimento dos seres humanos deveriam ter maior consideração em detrimento dos outros animais. Podemos tomar como exemplo, a ideia de que pelo fato de o ser humano possuir maior consciência daquilo que ocorre em sua vida, bem como por ter um interesse em existir no futuro, sua dor e/ou sofrimento seriam maiores que a dor e/ou sofrimento sentidos pelos outros animais. Essa ideia é caracterizada por Singer como “angústia mental”, isto é, a consciência de si, que possibilita que a situação humana seja tão difícil de suportar, uma vez que o ser humano cria perspectiva em torno de sua dor e, por isso, sofreria ainda mais que os outros animais, os quais não possuem consciência do que lhes acontecerá além do presente. Singer afirma que apesar dessa ideia possuir veracidade em algumas circunstâncias, ela não é válida para todos os casos. Em certas circunstâncias, devido à sua compreensão limitada, os animais podem sofrer mais do que os seres humanos. Para uma melhor compreensão dessa questão, vejamos o raciocínio do próprio autor, na seguinte passagem:

Há muitas áreas nas quais as aptidões mentais superiores de adultos humanos normais fazem uma diferença: previsão, memória mais detalhada, maior conhecimento do que está acontecendo, etc. Essas diferenças explicam por que um ser humano que está morrendo de câncer provavelmente sofre mais do que um rato. *A angústia mental é o que torna a situação humana tão mais difícil de suportar. Contudo, essas diferenças não sugere um maior sofrimento por parte do ser humano normal. Às vezes, os animais podem sofrer mais em decorrência de sua compreensão mais limitada.* Se, por exemplo, estamos fazendo prisioneiros em tempo de guerra, poderemos explicar-lhes que, desde que se submetam à captura, ao interrogatório e à prisão, nenhum outro mal lhes será feito, e serão libertados assim que cessarem as hostilidades. Se capturarmos animais selvagens, porém, não teremos como explicar-lhes que não estamos ameaçando as suas vidas. Um animal selvagem não é capaz de distinguir uma tentativa de subjugar e prender de uma tentativa de matar; ambas irão provocar-lhe o mesmo terror (SINGER, 2002, p. 70, grifo nosso).

Como podemos observar, apesar de alguns seres humanos possuírem

capacidade de antecipação, memória detalhada, melhor conhecimento do que estar a passar consigo, nem todas essas diferenças implicam um maior sofrimento por parte destes seres humanos. Haverá casos, como demonstrado pelo filósofo, em que os animais, devido sua compreensão limitada, podem sofrer mais do que os seres humanos. No entanto, apesar do processo metodológico adotado por Singer ser baseado em analogias entre os seres humanos e os animais, observamos como a todo momento usamos o parâmetro humano para qualificar os outros animais, mesmo quando estamos em sua defesa. Compreendemos, pois, que ao afirmarmos que os animais possuem uma compreensão limitada acerca de sua dor e/ou sofrimento, temos que esta noção se dá porque a “compreensão limitada” está sendo comparada com a “compreensão do animal humano”, quando, na verdade, se trata de reconhecer como “compreensão diferenciada”. Por acaso, os outros animais também não expressariam uma perturbação de ordem psíquica, expresso pelo medo, tédio ou agressividade para se defender da agressão a qual venham a sofrer? Alguns podem até dizer que isso seria da natureza instintiva dos animais, mas tal argumento não deixa de ser construído em base especista, pois desconsidera a possibilidade dos outros animais fazerem processamentos cerebrais com características de vida psíquica contrariando alegações cientificamente comprovadas.

De certo, conforme destaca Singer, haverá situações em que o sofrimento do ser humano será maior que o sofrimento de um animal não humano. Porém, de modo algum, isso se constitui como um obstáculo à extensão da igual consideração de interesses aos outros animais. Muito pelo contrário, isso significa que precisamos ter cuidado, sempre que compararmos os interesses das diferentes espécies. Isso porque, em algumas situações, um membro de uma espécie sofrerá mais do que um membro de outra. Neste caso, segundo o autor, “devemos ainda aplicar o princípio da igual consideração de interesses, mas a consequência de fazê-lo será, é claro, dar prioridade ao alívio do sofrimento maior” (SINGER, 2002, p. 69). Percebe-se aqui uma visão utilitarista do filósofo, pois neste caso o que está em jogo são as circunstâncias em que se encontram os indivíduos envolvidos na situação¹². Como já afirmamos, o princípio básico da igualdade não exige igual tratamento, mas exige antes igual consideração. Portanto, nós, seres humanos, temos a obrigação moral de considerar imparcialmente os interesses dos demais animais em detrimento de nossos interesses menores.

O Especismo na Prática: O uso de Animais em Experimentações Científicas.

Há diversos questionamentos levantados quanto à utilização de animais como modelos experimentais que, na concepção singeriana, se caracteriza como uma espécie de “tirania” que está vinculada ao conjunto das atitudes arbitrarias e opressivas desenvolvidas pelos seres humanos contra os outros animais em benefício de uma única espécie, no caso, a sua própria. São questionamentos éticos que nos fazem repensar sobre nossas atitudes para com os outros animais.

Inúmeras questões de ordem ética podem ser levantadas quanto à utilização de animais como modelos experimentais. Dentre essas questões pode-se destacar o direito dos homens de utilizar animais como cobaias e a validade da transposição para o ser humano dos resultados encontrados em estudos realizados em animais (RAYMUNDO; GOLDIM,

2002, p. 37-38).

Diante do exposto acima, é possível verificarmos com maior precisão a prática de *especismo* nos casos em que se utilizam animais em experimentos científicos, pois os que fazem tais experiências quase sempre tentam justificar a sua realização com animais com a alegação de que as experiências nos levam a descobertas em vista de fazer um bem para os seres humanos. Como ressalta Singer (2002, p. 75), “as pessoas às vezes pensam que as experiências com animais atendem os objetivos médicos vitais e podem ser justificadas com base no fato de que aliviam mais sofrimento do que provocam. Essa confortável crença não passa de um engano”. A nosso ver, uma das facetas do *especismo* conta com certa imunidade científica, sobretudo quando o que aparentemente está em jogo é a ideia de um progresso das ciências que melhoraria a vida humana. O objetivo de Singer é, portanto, mostrar a partir de fatos concretos como os seres humanos ao utilizarem animais em experimentação científica estão exercendo práticas especistas, pois, como veremos, os argumentos que são utilizados por aqueles que defendem as pesquisas em animais são, para o filósofo e para nós, injustificáveis.

Singer critica a crueldade, a trivialidade e a inutilidade da maior parte das pesquisas feitas em animais, uma vez que, dentre as dezenas de milhares de experiências envolvendo animais, temos que poucas delas podem contribuir para pesquisas médicas importantes. Sendo que algumas delas são feitas no intuito de obter resultados para o bem-estar dos seres humanos, na maioria dos casos vindo a prejudicar a saúde dos outros animais, trazendo sofrimento ou, conseqüentemente, a morte. Sobre isso, destaca Felipe (2001, p. 39):

A crítica de Singer aos experimentos em animais volta-se em especial contra aqueles que não trazem benefício algum para o avanço nem da medicina humana nem da animal, e decorrem com grande sofrimento para os animais. [...] É engano acreditar, escreve Singer, que os experimentos atendem a objetivos médicos vitais. Eles atendem, em sua maior parte, aos interesses da produção de cosméticos e corantes artificiais para alimentos, ou a invenção de produtos baseados em substâncias tóxicas, não essenciais à preservação da vida e da saúde humanas.

De acordo com Singer, utilizam-se grandes quantidades de animais em pesquisas científicas com objetivos comerciais: na produção de novos cosméticos, xampus, corantes alimentares e outros produtos não essenciais. Cabe ressaltar que a introdução de todos os novos produtos no comércio está atrelada a vários testes de toxicidade feitos com os animais que buscam avaliar a segurança das substâncias presentes nesses produtos¹³. É importante questionarmos o nível de necessidade dessas pesquisas, tanto daquelas ligadas à indústria cosmética quanto daquelas vinculadas à indústria alimentar. Na produção de novos produtos cosméticos, temos que o dito “bem para os seres humanos” aqui colocado não está vinculado necessariamente à vida saudável, sendo, em muitos casos, vinculado apenas a cuidados com a beleza, bem como aos interesses da indústria farmacêutica e cosmética. O mesmo podemos constatar na produção de corantes artificiais para alimentos, por que mais uma vez o dito “bem para os seres humanos” não diz respeito à necessidade básica de nutrição, mas às alternativas de alimentação, tipo

fast-food. Em ambos os casos, o que queremos destacar é que essas pesquisas são criadas não em vista da preservação da vida e da saúde dos seres humanos, mas sim pelas demandas estéticas e alimentares da indústria capitalista atual.

Nessa perspectiva, os procedimentos adotados pelos laboratórios para realizarem experimentos com grandes quantidades de animais para produção de novos produtos cosméticos e corantes artificiais para alimentos são injustificáveis, pois, não só causam um enorme sofrimento aos animais como também nada fazem pelos seres humanos, além de permitir que mais um produto não essencial seja comercializado. Ou, como dirá Singer, mesmo se não houvesse outra alternativa que não fosse o uso de animais, não se tem mais precisão de desenvolver novos produtos, pois já contamos com um número bastante considerável e variado desses produtos. Nesse sentido, a realização desses tipos de experimentos só mostra a existência do preconceito especista entre nós seres humanos. “Tudo isto é possível apenas devido ao nosso preconceito especista: não levar a sério o sofrimento de uma criatura que não é membro da nossa própria espécie” (SINGER, 2008, p. 63).

Além da indústria farmacêutica e cosmética e da indústria alimentícia, existe uma outra área em que, segundo Singer, utilizam-se grandes quantidades de animais na realização de experimentos: em vários departamentos universitários, como os de silvicultura ou de psicologia. De acordo com Felipe (2001, p. 40), “dentre todas as ciências que fazem uso de animais em sua investigação, a psicologia tem sido a mais cruel”. Para a autora, os experimentos da psicologia envolvem muitas formas de maus tratos causando dor e sofrimento, tais como choques elétricos, confinamento e isolamento, entre outras.

Alguns exemplos desses experimentos são descritos por Singer para evidenciar que, em muitas experiências científicas envolvendo animais, os benefícios para os seres humanos são inexistentes ou até mesmo incertos. E, por sua vez, as perdas para membros de outras espécies são concretas e inequívocas. Para o autor (2008, p. 65), “os relatos das experiências não têm o objetivo de ilustrar qualquer sadismo por parte de experimentadores individuais, mas sim a mentalidade especista institucionalizada que torna possível que esses experimentos procedam assim sem atender seriamente aos interesses dos animais usados”. No caso da psicologia, por exemplo, utilizam-se animais com o propósito de buscar a elucidação para alguns comportamentos humanos. De acordo com Singer, algumas das experiências foram concebidas para produzir aquilo que se designa por “impotência adquirida”, supostamente, “um modelo da depressão nos seres humanos”¹⁴. Essas experiências, escreve Singer, demonstraram que era possível induzir um estado de desespero através da administração repetida de violentos choques elétricos aos quais não se podia fugir. Os estudos sobre a “impotência adquirida” estenderam-se por anos, infligindo dor intensa e prolongada em muitos animais. “Primeiro, para provar uma teoria, depois para refutá-la e, finalmente, para sustentar versões moderadas da teoria original” (SINGER, 2008, p. 67). Mesmo assim, Singer ressalta que os resultados não trouxeram nenhuma comprovação significativa de que a “impotência adquirida” pudesse constituir um modelo de depressão. Esta conclusão foi apresentada por um dos realizadores do estudo, que admitiu também que as pesquisas revelaram-se uma perda não só de tempo como também de dinheiro investido.

Apesar de Maier tentar salvar algo desta conclusão desanimadora,

afirmando que a impotência induzida pode constituir um modelo, não de depressão, mas da “tensão e resistência”, admitiu, efetivamente, que mais de trinta anos de experiências com animais revelaram-se uma perda, não só de tempo, mas também de quantidades substanciais de dinheiro dos contribuintes. Isto sem contar com a imensa quantidade de dor física intensa que foi infligida (SINGER, 2008, p. 67).

A partir deste exemplo e de tantos outros citados por Singer, podemos compreender o quanto os seres humanos priorizam os seus interesses, mesmo sabendo da existência do sofrimento infligido aos animais em decorrência destas práticas e que os benefícios são quase inexistentes para os seres humanos. Nesse sentido, como afirma Singer (2002, p. 77), “as experiências indicam uma falha na atribuição de igual consideração aos interesses de todos os seres, a despeito da espécie a que pertençam”. Isso porque, como já vimos, o princípio da igual consideração de interesses não permite que os interesses maiores sejam sacrificados em função de interesses menores, independentemente de qual espécie for que esses interesses pertençam.

Isso posto, a questão que se coloca é: considerando que os outros animais possuem interesses assim como os seres humanos e que ambos devem ser levados em igual consideração, em que circunstâncias o uso de animais em experimentações científicas se justificaria? Para Singer (2008, p. 67), “depois de tomarem conhecimento da natureza de muitas das experiências realizadas, algumas pessoas reagiriam afirmando que todas as experiências com animais deviam ser imediatamente proibidas”. No entanto, ressalta o autor, que não podemos conferir este caráter absoluto às nossas exigências, pois aqueles que realizam experimentos com os animais se dirigiriam até nós e fariam o seguinte questionamento: “[...] o adversário da experiência estaria preparado para deixar que milhares morressem de uma doença terrível, cuja cura poderia ser encontrada mediante experiências em um animal?” (SINGER, 2002, p. 77). Essas pessoas acabam exaltando a importância das pesquisas, uma vez que elas estariam salvando a vida de milhares de pessoas. Para o filósofo, esta é uma posição meramente hipotética, uma vez que as pesquisas nem sempre trazem resultados tão satisfatórios assim, na maioria das vezes, nenhum resultado. Uma resposta para esse tipo de posicionamento poderá ser dada utilizando outra pergunta hipotética, a fim de saber se os que defendem a realização de pesquisas com animais utilizariam em suas experiências seres humanos órfãos com lesões cerebrais graves e irreversíveis, caso não houvesse a alternativa de utilizar animais nas experiências.

Diante de uma pergunta hipotética a respeito de salvar milhares de pessoas através de uma única experiência com um animal, os adversários do especismo podem responder com outra pergunta hipotética: os que fazem as experiências estariam preparados para fazê-las com seres humanos órfãos com lesões cerebrais graves e irreversíveis, se essa fosse a única maneira de salvar milhares de outras pessoas? (SINGER, 2002, p. 77).

Muitas pessoas podem até considerar absurdo tal questionamento por entenderem que esses seres humanos fazem parte de nossa espécie, mas deve-se entender aqui como uma analogia, não como uma alternativa. Porém, pensando

como analogia, os favoráveis ao especismo consideram impensável usar seres humanos em tais pesquisas, pelo único fato que são da espécie humana. Ora, os animais usados como cobaias desenvolvem suas atividades cerebrais, possuem sua inteligência específica e ativa, e até mesmo vivem interagindo com os outros animais muito mais do que os seres humanos órfãos com lesões cerebrais graves e irreversíveis e mesmo os bebês. Nesse sentido, se os cientistas não estiverem dispostos a realizarem tais experiências com os seres humanos acima expostos, então a inclinação em prol da experiência animal é especista, revelando um preconceito por parte dos cientistas em favor de sua própria espécie, o que se caracteriza como injustificável.

De acordo com Felipe (2001, p. 40), “Singer considera, sempre do ponto de vista ético, que experimentos em animais somente deveriam ser aprovados se, após cuidadoso exame, pudessem vir a ser considerados dignos de serem feitos em seres humanos”. Nesse sentido, este princípio oferece uma via para a resposta à questão de saber quais circunstâncias que justificam a realização de experiências em animais. “Dado que tanto o preconceito especista como o preconceito racista são injustificáveis, uma experiência apenas poderá ser justificada quando for de tal modo importante que o uso de seres humanos com deficiências mentais profundas também seja justificável” (SINGER, 2008, p. 69). Casos assim, no entanto, conclui Singer, seriam tão raros que levariam praticamente à abolição do uso de animais na pesquisa científica.

Entendemos que o especismo hoje em vigor deve-se ao fato de que cultivamos ainda um preconceito em relação ao sofrimento dos animais por eles não serem membros de nossa espécie, de modo que “se esse preconceito fosse eliminado, o número de experiências realizadas com animais seria sensivelmente reduzido” (SINGER, 2002, p. 78). Portanto, a exploração dos animais em experimentos só acabará quando formos capazes de eliminar o próprio especismo. E em conformidade com o que viemos discutindo, a eliminação do especismo passa pela mudança no modo como os animais humanos compreendem e se relacionam com os outros animais, passa pelo reconhecimento de que nossa espécie se autoproclamou arbitrariamente “a espécie superior às outras”.

Considerações finais

As preocupações acerca do uso de animais em experimentação científica têm se mostrado frequente nas discussões acadêmicas, políticas, sociais e científicas, no intuito de encontrar possíveis alternativas para os problemas emergentes que requeiram desenvolvimento de pesquisas científicas. A nosso ver, é justamente para essa situação que Singer chama atenção e pode contribuir, pois nossa relação com os outros animais não pode se basear em condutas religiosas, leis institucionais ou hábitos culturais, mas em uma postura ética que considere os interesses tanto dos seres humanos como dos outros animais. Isso não quer dizer que Singer despreza as leis, apenas que leis sem uma modificação moral no âmbito da ética não seriam suficientes como proposta antiespecista, pois deve haver uma modificação no próprio pensamento humano quando se trata do tratamento que atribuímos aos demais animais. Após uma reconstrução ética, as leis seriam consequência.

Como vimos, o processo metodológico utilizado por Singer é baseado em analogias entre os seres humanos e os animais com vistas à elevação do *status* ético

destes, e não diminuir o dos seres humanos, demonstrando que a ausência de racionalidade, de angústia mental ou até mesmo da capacidade de usar a linguagem (o caso de alguns animais) não são características que justifiquem excluí-los da esfera moral. Nesse sentido, o que precisamos entender em relação à ética singeriana é que ela propõe que a nossa relação com os outros animais não pode estar vinculada aos interesses especistas, nem tampouco ser restringida apenas aos sentimentos que temos por eles, mas sim levar em consideração as reivindicações morais daqueles que são afetados por nossas ações.

Nas situações em que evidenciamos uma maior prática de especismo, como é o caso das experiências científicas, a sugestão de Singer é que “precisamos dizer apenas que as experiências que não servem qualquer propósito urgente devem acabar imediatamente e, que, nos restantes campos de investigação, devemos, sempre que possível, tentar substituir as experiências que envolve animais por métodos alternativos” (SINGER, 2008, p. 64). A esse respeito, queremos destacar o compromisso que existe por parte da comunidade científica mundial em seguir o princípio dos 3R's (do inglês: *reduction, replacement, refinement*)¹⁵, criado por Russel e Burch, no ano de 1959. Esse princípio tem como premissa uma pesquisa humanitária para os animais e, apesar de ser datada do final da década de 50, ele ainda se mantém ativo nos meios científicos e acadêmicos. Como destacam Raymundo e Goldim (2002, p. 39), “esta proposta não impede a utilização de modelos animais em experimentação, mas faz uma adequação no sentido de humanizá-la, e nela estão contidos os pressupostos utilizados atualmente por aqueles que buscam humanizar as atividades didáticas e científicas utilizando modelos animais”. Nesse sentido, o comprometimento com os 3R's consiste nos esforços atuais de: 1. substituir o uso de animais sempre que possível por técnicas alternativas; 2. reduzir o número de animais utilizados nas experimentações e; por fim, 3. aprimorar métodos ou técnicas que minimizem a dor, sofrimento, angústia ou dano duradouro que pode ser experimentado pelos animais.

Além desses 3R's, a comunidade científica tem acrescentado mais 2R's, a saber, o *Respeito* e a *Relevância*. O primeiro diz respeito à vida do animal como ser senciente, no qual busca conhecer o comportamento de cada espécie, suprimindo necessidades, com manipulação e instalações adequadas. Já o segundo concerne ao grau de relevância da realização da pesquisa que justifique o uso do animal, de modo a pensar até que ponto os procedimentos e resultados podem ser extrapolados para a realidade de um tratamento para o ser humano ou outro animal. Portanto, a existência desses 5R's e sua aplicabilidade por parte da comunidade científica e acadêmica evidencia que existem cientistas como também pesquisas científicas interessadas em substituir a utilização de animais ou, pelo menos, diminuir a letalidade e o sofrimento.

Referências

CAPLAN, Arthur. Peter Singer. *Time*, Nova Iorque. 18 abr. 2005. Disponível em: <http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1972656_1972712_1974257,00.htm> . Acesso em: 10 fev. 2021.

FELIPE, Sônia T. Da igualdade: Peter Singer e a Defesa Ética dos animais contra o Especismo. In: *Philosophica*, Lisboa, 2001, p. 21-48. Disponível em:

<http://revistaphilosophica.weebly.com/2001.html> . Acesso em: 16 mar. 2021.

GOFFI, Jean-Yves. Animais. In: *Dicionário de ética e filosofia moral*. CANTO-SPERBER, M. (Org.). Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. Vol 1. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007, p. 90-94. ISBN: 85-7431-179-0.

HARRISON, Ross. Jeremy Bentham. In: *Dicionário de ética e filosofia moral*. CANTO-SPERBER, M. (Org.). Trad. Ana Maria Ribeiro-Althoff et al. Vol 1. São Leopoldo, RS: Unisinos, 2007, p. 153-159.

MEDEIROS, Géssyca Deize Santos. *O utilitarismo preferencial de Peter Singer: uma abordagem ética para a defesa animal*. 2017. 162 p. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Filosofia) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba, 2017.

MURPHY, Kate. Peter Singer. *The New York Times*, Nova Iorque. 9 abr. 2016. Disponível em: < <https://www.nytimes.com/2016/04/10/opinion/sunday/peter-singer.html?r=0>> . Acesso em: 10 fev. 2021.

PARIZEU, Marie-Helène. Ética Aplicada: as relações entre a filosofia moral e a ética aplicada. In: *Dicionário de ética e filosofia moral*. CANTO-SPERBER, M. (Org.). Trad. de Ana Maria Ribeiro et al. São Paulo: Editora Unisinos, (2003), p. 595-600.

RAYMUNDO, Márcia Mocellin; GOLDIM, José Roberto. Ética da pesquisa em modelos animais. *Revista Bioética*, Brasília. V. 10, Nº 1 (2002) p. 31-44. Disponível em: http://revistabioetica.cfm.org.br/index.php/revista_bioetica . Acesso em: 25 fev. 2021.

SINGER, Peter. *Ética prática*. Trad. de Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

SINGER, Peter. *Escritos sobre uma vida ética*. Trad. de Pedro Galvão et al. Lisboa: Dom Quixote, 2008.

SINGER, Peter. *Libertação Animal*. Trad. de Marly Winckler e Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

¹ Mestre em Filosofia (PORF-FILO/UFCG), Email: prof.ronildobrito@gmail.com, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/7809957147751024>

² Doutor em filosofia (UFPE), Professor de filosofia (UFCG), Email: flavio.carvalho@ufcg.edu.br, Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1219291457473728>

³ No decorrer do texto utilizaremos apenas a palavra “animais” ou “animal”, que o leitor entenda que ao fazermos uso dessas terminologias estamos nos referindo aos seres que não pertencem à espécie *Homo Sapiens Sapiens*.

⁴ A esse respeito conferir: CAPLAN, 2005.

⁵ A esse respeito conferir: MURPHY, 2016.

⁶ A esse respeito cf. PARIZEU, 2003.

⁷ Peter Albert David Singer nasceu em Melbourne, na Austrália, em 1946. Estudou na Universidade de Oxford e é professor de Bioética da Universidade de Princeton (Estados Unidos) e na Universidade de Melbourne (Austrália). Autor de uma vasta bibliografia sobre Ética Prática, na qual trata os

problemas filosóficos a partir de uma perspectiva utilitarista, tornou-se particularmente conhecido com o livro *Libertação Animal*, publicado em meados da década de 70. De sua vasta bibliografia destacam-se também *Ética prática* (1979), *A vida que podemos salvar* (2009) e *O maior bem que podemos fazer* (2015).

⁸ Como podemos observar, o princípio da igualdade entre os seres humanos, proposto pelo filósofo, não consiste numa descrição de uma alegada igualdade real entre os seres humanos, mas sim numa prescrição acerca de como os seres humanos devem ser tratados. Um aprofundamento sobre essas questões pode ser visto no segundo capítulo da obra *Ética Prática*, intitulado de *A igualdade e suas implicações*.

⁹ A noção de sentiência é defendida por Singer para demonstrar que a capacidade de sentir prazer e dor, aquilo que ele chama de “limite de sensibilidade”, se configura como o único limite defensável para se ter quaisquer interesses respeitados. Pode-se afirmar que, em relação ao desenvolvimento das espécies, os mamíferos e as aves são seres sencientes, isso porque apresentam um sistema nervoso evoluído, inclusive semelhante ao dos seres humanos, evidenciando alguns aspectos fisiológicos que comprovam que esses animais também sentem dor: elevação da pressão sanguínea, pupilas dilatadas, transpiração acentuada, aceleração do pulso e etc.

¹⁰ O status moral coloca-se em função da capacidade de sentir prazer e dor, não mais em função da capacidade racional como nas éticas tradicionais. Nesse sentido, o que importa para caracterizar os animais enquanto seres morais que merecem ter seus interesses respeitados não são suas características particulares, mas a capacidade de sentir prazer e/ou bem-estar e evitar a dor e/ou sofrimento.

¹¹ De modo geral, o *especismo* na prática pode ser dividido em dois planos: o primeiro caracterizado como sistemático e desenvolvido em larga escala, como é o caso da manipulação de milhares de animais em experimentações científicas, tendo amparo político e econômico, e na produção industrial de carne; e o segundo mais restrito, isto é, em menor escala e disperso que ocorre pelas seguintes práticas: a) utilização de animais em circos e rodeios para diversão; b) caça esportiva; c) confecção de vestimenta para o *universo* da moda.

¹² “O utilitarismo é uma ética consequencialista; as coisas são avaliadas em função de suas consequências. O que produz as melhores consequências (isto é, a maior felicidade) é também o melhor”. (HARRISON, 2007, p. 155). O utilitarista clássico considera uma ação correta quando a mesma exalta a felicidade e, conseqüentemente, diminui o sofrimento de todos que são atingidos por ela. O modo de pensar de Singer é uma forma de utilitarismo, porém diferente do utilitarismo clássico, pelo fato de “melhores consequências” serem compreendidas como uma avaliação das circunstâncias nas quais uma ação é praticada, visando favorecer os interesses daqueles que serão afetados pela mesma ação.

¹³ Singer apresenta alguns relatos das condições a que os animais são submetidos pela indústria de cosméticos e no processo de produção de corantes artificiais para alimentos. A esse respeito escreve Singer (2002, p. 75): “os laboratórios testam novos xampus e cosméticos que estão pretendendo comercializar pingando soluções concentradas desses produtos nos olhos dos coelhos, num teste conhecido como ‘teste de Draize’. [...] Os aditivos alimentícios, inclusive corantes e conservantes artificiais, são testados com o que se conhece como LD₅₀ – um teste que tem por finalidade encontrar a ‘dose letal’, ou o nível de consumo que levará à morte cinquenta por cento de uma amostra de animais. Ao longo do processo, quase todos os animais ficam doentes, até que alguns finalmente morrem, e outros se restabelecem”.

¹⁴ Uma descrição minuciosa do experimento citado e de tantas outras práticas típicas dos laboratórios de psicologia e neurologia pode ser lida no capítulo 2 da obra *Libertação Animal*.

¹⁵ Redução, Substituição, Refinamento. Uma descrição detalhada a respeito do que são os 3R’s pode ser lida na página da CEUA (Comissão de Ética no Uso de Animais), da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), no site <<https://ceua.unifesp.br/projetos/material-de-apoio/principios-dos-3rs>>.

Recebido em: 08/2021
Aprovado em: 12/2021